

FMI APROVA NOVO PROGRAMA DO BRASIL

EDGARDO COSTA REIS
Correspondente

WASHINGTON—O Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou ontem o novo programa de ajuste econômico negociado com o Brasil —e concedeu “dispensa” (waiver) pelo que chamou de “não observação de certos critérios de performance” no programa anterior —em uma ação que permitirá ao Governo brasileiro sacar, já a partir do próximo dia 30, recursos no total de US\$ 1,25 bilhão.

A decisão do Fundo, anunciada ontem à noite depois de reunião de mais de cinco horas de sua junta de diretores executivos, desencadeia não apenas a liberação de novos financiamentos e outros —bloqueados desde maio passado pela instituição —como também o desembolso de créditos concedidos por bancos comerciais no total de US\$ 4,6 bilhões. Esse total de US\$ 5,85 bilhões estará à disposição do Brasil até o fim do ano.

Dos recursos que o Brasil poderá sacar já no fim do mês no Fundo incluiu-se três parcelas do empréstimo conhecido como “crédito ampliado” (um programa de três anos durante os quais o Brasil receberá cerca de US\$ 4,5 bilhões, caso cumpra as metas assumidas) no total de US\$ 1,17 bilhão (cálculo arredondado de 1.122.250.000 direitos especiais de saques—DES—na cotação de 1.0487 dólar cada um) e mais cerca de US\$ 70 milhões de um fundo especial para financiamento de formação de estoques reguladores (buffer stock).

O curto comunicado do FMI—apenas dois parágrafos—divulgado ontem por volta das 21h30m do Rio, anunciou que a instituição havia tomado “duas ações em relação ao Brasil”.

A primeira foi a aprovação do crédito de US\$ 70 milhões do buffer stock em ligação com as obrigações brasileiras “para constituir estoques especiais de açúcar segundo o acordo internacional do açúcar de 1977”. Esses estoques são formados para permitir um maior controle dos preços internacionais do produto.

A segunda ação, a mais importante, foi dar a “dispensa” pelo não cumprimento pelo Brasil de “certos critérios de performance” no primeiro programa negociado com o Fundo (e que resultou no bloqueio das três parcelas cujo desembolso se autoriza agora) e “os entendimentos com o Governo do Brasil sobre modificações nos critérios de performance existentes e em novos” de acordo com o programa com a instituição.

Esses critérios avaliam se o País está cumprindo os objetivos assumidos nos esforços de ajuste econômico. Embora as taxas de inflação não sejam um dos critérios, elas, entretanto, tem impacto direto, por exemplo, nas necessidades de financiamento do setor público —consideradas um dos critérios—além da expansão monetária e a balança comercial. Os dois primeiros estão no que o FMI chama de “novos” critérios e foram renegociados durante a recente visita do Ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto.